

## Uma situação imperial

GUSTAVO DAHL\*

JB, 09/11/98

As coisas mudam mas não mudam, por isso é importante não esquecer o geral. Como quer o mito, é possível que a saída do labirinto seja o caminho de volta. Sem que exista o perigo de ressuscitar o passado, porque a História, que não acabou, só se repete como farsa. Poderá ser o mesmo no, mas não serão jamais as mesmas águas. O Seminário "Cinema Brasileiro Hoje", realizado no quadro da trigésima primeira edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, teve como temas o Estado e o Mercado. Maiúsculas indicam a equivalência institucional de um com o outro, cruz e delícia da modernidade e da pós. Sabe-se, desde a ditadura, que argumentos não se sobrepõem a fatos. Uma coisa, porém, fica clara: para países periféricos, como o nosso, não há mercado sem o Estado.

A crise mundial do modelo neoliberal permite o desbloqueamento de críticas que estavam latentes, esperando que o transatlântico inafundável da economia globalizada encontrasse pela proa um iceberg que lhe fizesse perder: a empáfia. Paul Krugman, o atrevido Prêmio Nobel de Economia, sentenciou que a "sabedoria convencional está se saindo muito mal e existe hoje a ótima chance de as chocantes heresias atuais tornarem-se o bom senso de amanhã".

Em matéria de heresias, o seminário foi pródigo. Conceitos como monopólio privado, hegemonia mundial, dirigismo econômico, responsabilidade do Estado como fomentador de cultura, mas sobretudo como agente regulador da atividade econômica, voltaram a ser enunciados. Assim, de cara limpa, não soaram como anacronismos, na atmosfera leve e luminosa de Brasília. Se a glória do Império Britânico era que nele o sol nunca se punha, a mesma coisa pode ser dita do império audiovisual americano, cuja ocupação do mercado mundial oscila em torno de 90%.

Sua virtualidade lembra um filme bê, clássico ficção científica dos anos cinqüenta, *The Invasion of the Body Snatchers*, de Don Siegel. Nele, alienígenas introduzidos na terra sob a forma vegetal, terminavam se apossando dos corações e mentes de inadvertidos humanos. Menos sutilmente, é sempre oportuno lembrar a Guerra dos Boxers, que a Inglaterra moveu à China, no final do século XIX, pelo direito inalienável de mercadejar, no território chinês, o ópio produzido nas suas colônias vizinhas. Em nome da liberdade de mercado! Impérios fazem-se, desfazem-se, mudam de mãos, mas não de métodos.

Num mundo em que a cidadania é medida enquanto capacidade de consumo, a luta pelo mercado interno transforma-se em ideal cívico. No Brasil, só a televisão aberta tem acesso a ele. A livre circulação mundial de uma informação audiovisual diferenciada não se dá porque todos os mercados estão monopolizados. Os países são impedidos de consumir sua própria produção, mantendo-se na ignorância do que é feito no resto do mundo. Nem mesmo a produção independente americana consegue sair de seu gueto.

Sem nenhum escrúpulo, aplica-se a lei do mais forte, matam-se os aleijados, os pretos, os pobres e qualquer subjetividade cultural. A semelhança é mera coincidência. Como afirma o sociólogo alemão Robert Kurz, ácido crítico da modernidade, "o capital não quer ser apenas o agente de circulação de bens culturais mas dominar todo o processo de reprodução", "a distribuição de massa do mercado elimina tudo o que pretende ser mais que um produto descartável" e "a cultura só pode ocorrer como produção de capital".

Por ocasião do encerramento do Seminário "Cinema Brasileiro Hoje", em outubro, o

Ministério da Cultura fez a defesa cerrada da Lei do Audiovisual, que fomenta a produção cinematográfica. Admitiu também, em tese, a necessidade de dar atenção à distribuição e à exibição e acenou com a possibilidade de dinamização da interlocução com a atividade cinematográfica, através de representação numa comissão interna específica.

O assunto é espinhoso, mormente para um país que depende com urgência do auxílio econômico da potência que o hegemoniza. Mais ainda para um príncipe, que apesar de sociólogo weberiano, é espantosamente fiel à noção paleo-marxista de que a economia determina o processo social, sem que o vice, verse. Surge então o anseio de inovar radicalmente e propor que o governo globalize de verdade e assegure, digamos, a metade de nosso mercado interno para a produção nacional - e mundial não-americana.

Aí sim, de peito erguido, o cinema brasileiro estaria enfrentando a livre concorrência e o país se destacaria no concerto das nações. Contra o autoritarismo predador do mercado, pela democracia audiovisual.

\*Cineasta

# cinemateca brasileira